



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL E AMEAÇA CONSERVADORA AO PROJETO ÉTICO- POLÍTICO EM TEMPOS DE DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS

Fabiana Bezerra de Sousa¹
Francisca Gomes Lima²

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar os fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social, no contexto de precarização das políticas sociais, contribuindo para a ação profissional crítica e o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social. Segue a perspectiva histórico-crítica, fundamentada no materialismo dialético e elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Conservadorismo. Direitos Sociais. Fundamentos históricos do Serviço Social. Projeto ético- político. Seguridade Social.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the historical and theoretical foundations of Social Work in the context of precarious social policies, contributing to critical professional action and strengthening the ethical-political project of Social Service. It follows the historical-critical perspective, based on dialectical materialism and was elaborated from bibliographical and documentary research.

Keywords: Historical Foundations of Social Service; Ethical-political project; Precariousness of Social Policies; Social Security.

INTRODUÇÃO

As reflexões presentes neste artigo são resultantes de pesquisas realizadas pelas autoras, nos processos de orientações para produção acadêmica de trabalho de conclusão de curso³ e de pesquisas para fins de elaboração de dissertação de mestrado⁴, assim como, de sistematizações da prática cotidiana do exercício profissional do Serviço Social.

Parte-se do pressuposto que a prática profissional do Serviço Social precisa ser crítica, consciente, propositiva e participativa, baseada num amplo conhecimento da realidade social que supõe determinados pressupostos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos fundamentais e que implicam o conhecimento da realidade em sua

¹ Profissional de Serviço Social, Instituto de Ensino Superior Santa Cecília, E-mail: fabi-naninha14@hotmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe.

³ O trabalho em questão, intitulado de “A ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: os desafios e as perspectivas do profissional no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS”, cuja defesa ocorreu em 2017, junto ao curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Santa Cecília – IESC.

⁴ O debate presente nesse trabalho é resultante das investigações realizadas no mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Os resultados da pesquisa foram sintetizados na dissertação defendida em 2015, intitulada de “OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: uma análise a partir do Plano Brasil Sem Miséria”.

totalidade, das leis de movimento da sociedade e suas contradições e negações, de uma visão de mundo crítica e dialética e de uma percepção de ser social fundamentada na ontologia do ser social.

Considera-se que essa configuração de proteção social resulta das recomendações formuladas pelos organismos internacionais, particularmente o Banco Mundial, para diminuição da extrema pobreza e conduz a um processo de naturalização da focalização das medidas de proteção social, cuja ênfase se dá nas ações voltadas para intervir nas situações de extrema pobreza ou mais gritantes da sociabilidade capitalista. Pode-se identificar que, o grande prejuízo de tais medidas de proteção social é o afastamento do princípio da universalidade dos direitos sociais, materializada na Constituição de 1988 a partir do reconhecimento da Seguridade Social, constituída pelo tripé: assistência social, saúde e previdência social.

Tais esclarecimentos são indispensáveis para algumas categorias profissionais, dentre elas a dos assistentes sociais, já que esta prioritariamente encontra - se inserida no campo das diversas políticas sociais (desde a formulação à sua operacionalização). Para intervir criticamente na realidade social, seguindo os princípios que fundamentam o projeto ético-político profissional, é indispensável que se tenha conhecimento sobre as metamorfoses das políticas sociais no contexto de crise do capital.

Para elaboração desse trabalho, segue-se a perspectiva histórico-crítica, pautada no materialismo dialético, pois esta possibilita ultrapassar a aparência aproximando-nos das mediações que configuram a essência do objeto proposto. A pesquisa foi classificada como exploratória com abordagem qualitativa, possibilitando conhecer a realidade social, sem necessariamente quantificá-la, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GOLDENBERG, 2007).

No primeiro item do desenvolvimento, trata-se acerca das principais transformações do modo de produção capitalista e sua relação com a gênese, desenvolvimento, institucionalização e profissionalização do Serviço Social.

No segundo item do desenvolvimento, apresentam-se os principais elementos conceituais, acerca da conjuntura desfavorável para efetivação do Projeto ético-político do serviço social, no entanto, apontando as possibilidades concretas de superar os limites e avançar no tocante a ruptura com o conservadorismo profissional.

Nas considerações finais, sinaliza-se algumas possibilidades, no sentido de avançar na luta pela defesa dos direitos sociais e do projeto profissional do Serviço Social, a partir da compreensão teóricas das problemáticas que perpassam o exercício profissional, apostando nos espaços de representação e lutas sociais pela emancipação plena dos indivíduos.

1 RELAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nesse item, pretende-se abordar alguns elementos históricos da gênese e profissionalização do Serviço Social, assim como, sinalizar a relação do seu comprometimento ético e político com a classe trabalhadora e a emergência dos movimentos sociais nos anos 1970. Além disso, enfatizando os princípios ético-políticos que fundamentam a prática cotidiana do trabalho de assistentes sociais, junto as políticas sociais.

Na década de 1930 com o avanço do capitalismo Industrial, e o crescimento da exploração do trabalho houve um surpreendente número de mudanças que envolviam as diversas expressões da questão social. Com isso foram alterados as formas e os meios de produzir mercadorias, afetando principalmente as condições de reprodução da classe trabalhadora.

A intensificação das expressões da questão social, num primeiro momento histórico, associada à pauperização da classe trabalhadora, conforme sinaliza Netto (2009), implicou no acirramento dos conflitos entre as classes sociais. Num primeiro momento, a resposta imediata às condições precárias de reprodução da classe trabalhadora partiu da Igreja e da classe burguesa por meio de ações filantrópicas.

De modo, efetivo, inicialmente foi criada a Sociedade de Organização da Caridade, cujo objetivo era reduzir os conflitos sociais que pudessem prejudicar a produção e reprodução do modo de produção capitalista, segundo indica Carvalho e Lamamoto (2011). No citado contexto histórico, do cego da classe burguesa e da igreja católica, emergem as protoformas do Serviço Social.

As assistentes sociais em sua gênese – damas de caridade - atuaram e exerceram suas atividades como reprodutora da ideologia burguesa via ações de controle social da classe trabalhadora, higienistas e assistencialistas.

No Brasil, o cenário da gênese e profissionalização do Serviço social (anos 1930), caracterizou-se por particularidades econômicas, políticas e sociais. No plano econômico, enquanto nos países de capitalismo desenvolvido já estavam em fase de consolidar o referido modo de produção, bem como suas contradições sociais por meio de sua face monopolista, de acordo com NETTO (2009). No Brasil, o cenário era de transição das formas agrárias de produção para industrialização, contando com uma classe trabalhadora não formada no cego de revoluções, conforme ocorreu em países europeus. No aspecto político, Getulio Vargas – Estado Novo – assumiu a presidência com planos de industrializar o Brasil, formalizar postos de trabalho e ampliar serviços sociais para classe trabalhadora com vínculos de trabalho formal. Desta forma, registra-se a implementação de serviços

sociais, sob o discurso de direitos sociais e ao mesmo tempo fomenta novos espaços de atuação de assistentes sociais, e, portanto, novas exigências de profissionalização para além das práticas assistencialistas.

Na cidade de São Paulo em 1932, foi criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) que através deste foi considerado como porta de entrada para a profissionalização do Serviço Social. Neste Cenário, são criadas as primeiras intuições assistenciais, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), cuja finalidade era de ajudar as famílias dos soldados que estavam na II guerra mundial. A LBA tinha a esposa do presidente - Darcy Vargas - como líder, gerando vínculos clientelistas e eleitoreiros com o público atendido naquele serviço.

Ressalta-se que o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social desenvolveu-se a partir das primeiras instituições assistencialistas e depois executoras das primeiras políticas sociais, ou seja, na medida em que o mercado de trabalho se ampliava, a categoria de assistentes sociais ganhava espaço no mercado de trabalho e se qualificava no tocante a compreensão do crescimento, metamorfose e intensificação das expressões da questão social, dessa forma, avançando da intensão de ruptura (NETTO, 2011) com o Serviço Social, pautado na doutrina da Igreja Católica e, portanto, com as bases conservadoras assistencialistas.

A conjuntura dos anos 1960, caracterizada no aspecto econômico- político pela Ditadura Militar, cuja justificativa era modernização conservadora das formas de produção no tocante a instalação e modernização das indústrias. Nesse cenário, a categoria de assistentes sociais profissionais é chamada a intervir as contradições sociais vivenciadas pela classe trabalhadora, no sentido de apaziguar as manifestações daquela classe social, quanto às reivindicações por expressão política, melhores condições de reprodução de suas vidas, dentre outros. Tal orientação partia do Estado, com base nas necessidades da classe burguesa conservadora.

Nesse cenário há o desencadeamento de pelo menos duas situações: a primeira é a de que apesar do Brasil está vivenciando o dito “milagre econômico”, não se tem a socialização dos frutos desse crescimento econômico com os segmentos sociais que pertencem à classe trabalhadora, tal qual ocorreu nos países de capitalismo desenvolvidos no Estado de bem- estar social; a segunda é a de que o Estado é o financiador da industrialização brasileira, ou seja, o país consolidou a economia capitalista por meio de empréstimos que o Estado assumiu junto aos países de capitalismo central. Configurando assim, a economia brasileira como depende do investimento estrangeiro direto para incentivar o desenvolvimento econômico.

Esse panorama histórico só começa a sofrer alterações a partir da crise evidenciada no mundo em 1970. Os países financiadores da economia dos países da América Latina,

em função da crise econômica que os assola, aumentam a taxa de juros e tornam mais rígidas as condicionalidades de acesso aos IED's (Investimento Externo Direto). Além disso, a ditadura militar começa a apresentar sinais de esgotamento em função da diminuição dos IEDs e do questionamento das massas sociais pelo crescimento do desemprego, ausência de proteção social pública, repressão da liberdade de expressão, dentre outros.

Cabe destacar que a conjuntura acima serve de pano de fundo para o desenrolar do movimento de Reconceitualização de influência latino-americano, ocorre entre 1965 até 1975, no Brasil, Netto (2011), denomina esse processo de Renovação do Serviço Social, cujo objetivo de um segmento de assistentes sociais mais críticos era romper com o Serviço Social Conservador : “o conservadorismo é a doutrina ou atitude que justifica a manutenção de um regime político ou social existente, de uma civilização ou cultura e opondo-se a toda mudança nas instituições, na moral, na religião, nos usos e costumes” (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2006, p.55, apud LUSA, 2008, p.32).

As críticas a este projeto conservador era influenciado por movimentos sociais e lutas populares que lutavam por democracia e direitos sociais. Ressalta-se que a Renovação do Serviço Social, de acordo com Netto (2011), deu-se a partir de três perspectivas: modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

Sobretudo a perspectiva de intensão de ruptura, se deu num cenário em que as lutas dos movimentos sociais ganhavam força, no sentido de reivindicar liberdade de expressão política, democracia na socialização da riqueza coletivamente construída e legitimação de direitos sociais universais. Nesse destaca-se, a importância histórica para categoria de assistentes sociais, a realização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979, o qual a orientação consciência ética e política, bem como o compromisso profissional em favor das lutas sociais e da organização da classe trabalhadora.

Nos anos 1980, categorias profissionais como a de assistentes sociais Estes parâmetros mostram que a garantia dos direitos foi um processo que envolveu o esforço da população e dos movimentos sociais na efetivação dos direitos absorvidos para uma política que contemplasse a Declaração Universal dos Direitos Humanos, colocando a dignidade da pessoa humana no centro das discussões.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 possibilitou uma série de avanços no tocante à legitimação de direitos sociais que antes desse marco legal não eram concebidos por Estado como dever deste prover alguns serviços sociais. Nessa direção, destaca-se a saúde como direito materializada no Sistema Único de Saúde, dessa forma, “acabando” com a divisão dos usuários da saúde: os que podiam pagar por serviços de saúde privados; os que tinham direito à saúde pública, por serem segurados pela previdência social, ou seja, somente os trabalhadores com carteira assinada (cidadania regulada) e seus familiares tinham acesso aos serviços públicos de saúde; e os que não

possuíam direito algum. Nessa perspectiva, também registra-se o avanço quanto a legitimação de dispositivos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente que protege os direitos do segmento social infanto-juvenil, bem como, responsabilidade o Estado, juntamente com a família e a sociedade a proteger e oferecer condições proteção as crianças e adolescentes. A assistência social, historicamente associada a práticas de caridade, passa a integrar a Seguridade Social, como política social não contributiva, deveriam ser organizadas em um sistema descentralizado e participativo enquanto garantia de direitos e que desse conta da realidade contraditória contemporânea. Tal política foi legitimada nos anos 1993 pela Lei Orgânica de Assistência Social, mais tarde nos anos 2005 pelo Sistema Único de Assistência Social. Esta política perde, sobremaneira, o caráter emergencial, compensatório, focalizado e imediato, passando a buscar a afirmação da qualidade de vida da população usuária.

A inquietação no interior da categoria profissional e a legitimação de direitos sociais, cuja efetivação se dar por meio de políticas sociais públicas planejadas, geridas, executadas e avaliadas nos vários espaços ocupacionais (IAMAMOTO, 2009), possibilita a abertura de espaço para a construção de um projeto ético-político radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos pautados na tradição marxista, ancorados em valores e princípios éticos radicalmente humanistas, e calcados nas particularidades da formação histórica do país. Netto (2006, p. 15) indica que o projeto profissional do Serviço Social elege:

[...] o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.

Este novo projeto profissional é materializado no Código de Ética Profissional do assistente social (1993), na Lei que Regulamenta a Profissão (Lei n. 8.662/93) e nas Diretrizes Curriculares para Formação Profissional em Serviço Social. É este conjunto de instrumentos que marca a ruptura com os princípios conservadores que orientavam a profissão desde sua gênese.

O cenário dos anos 1990 e 2000 foi marcado por metamorfoses econômicas que reconfiguram as expressões da questão social, as medidas de intervenção nestas, o Estado e os movimentos sociais. Uma vez que o modelo econômico em questão coloca limites à democracia, em relação à distribuição da riqueza socialmente produzida.

O desemprego em massa somado às formas precarizadas de trabalho contratado, a redução da cobertura dos direitos sociais e focalização desses em prejuízo ao seu desenho legal pautado na universalidade. Tem-se também como principal característica econômica

as orientações neoliberais⁵, cujas diretrizes sinaliza que o Estado privatize os bens públicos, focalize as políticas sociais e direcione suas ações para oferta dos mínimos sociais, conforme preconiza os programas de transferência de renda. Ainda se destaca a transferência de responsabilidade do Estado, no que se refere ao oferecimento de respostas às expressões da questão social, para sociedade, através da solidariedade social. Todo este processo resulta em uma crise dos direitos sociais reconhecidos na Constituição de 1988.

Dentre outras características, este processo traz em seu bojo a atualização do conservadorismo, expresso na retirada dos direitos sociais, que voltam a ser ofertados de forma residual como antes do processo Constitucional de 1988. Assim, o Brasil continua com uma proteção social excludente, residual e precária. Tais características são permeiam os governos de Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso sendo intensificados nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Estes últimos governos caracterizaram-se pela combinação entre ajustes neoliberais e medidas de intervenção nos segmentos sociais em extrema pobreza.

As ações para de proteção a família em situação de extrema pobreza, infância, adolescência e velhice e transferência de renda precisam de financiamento público e em decorrência do ajuste neoliberal, cuja ideologia orienta que os Estados devem minimizar seus investimentos da esfera social, disponibilizando apenas o mínimos necessários para subsistência, registra-se o desfinanciamento da Seguridade Social ou crescimentos pífios e daí a importância da ampliação da transferência de renda como uma compensação para os segmentos sociais que estão fora dos postos de trabalho formais.

Enfatiza-se que um dos limites para efetivação dos direitos sociais é o desfinanciamento das políticas sociais, essencialmente da seguridade social⁶, como objetivo de garantir que seja desvinculada parte das receitas das políticas sociais para pagar juros e amortizações da dívida pública.

TABELA 1: Dados Orçamentários da Seguridade Social e juros amortizações da dívida pública

Ano	OGU ⁷ (R\$/ trilhões)	Juros amortizações da dívida pública	Previdência Social	Saúde	Assistência Social
2013	1, 783	40, 3%	24, 11%	4, 29%%	3, 41%
2014	2, 168	45,11%	21, 76 %	3,98%,	3,08%
2015	2,268	42,43%	22, 69 %	4, 14%	3, 05 %
2016	2,572	43, 94%	22, 54%	3, 90%	3, 02%

⁵ Em 1992, sob o governo de Fernando Collor de Melo, inicia-se declaradamente o processo de contra-reforma do Estado, a partir da adesão do ajuste neoliberal.

⁶ Considerando a impossibilidade de tratar nos limites desse artigo dos dados orçamentos de todas as políticas sociais públicas que compõem a rede socioassistencial brasileira, optamos por fazer um recorte, selecionando a Seguridade Social.

⁷ Orçamento Geral da União – Executado.

2017	2,483	39, 70%	25, 66%,	4, 14%	3, 35%.
-------------	-------	---------	----------	--------	---------

Elaboração: Francisca Gomes Lima. Fonte: <https://auditoriacidada.org.br/>.

Nessa perspectiva, não se investe em demais políticas sociais universais, no sentido de garantir um modelo de desenvolvimento econômico, pautado na eliminação da desigualdade social e do desemprego, sobre na particularidade brasileira.

Nesse contexto, as funções do (a) assistente social são, portanto, predominantemente vinculadas à prestação de serviços, à efetivação de políticas públicas e à regulação e oferta de benefícios. Essas funções acabam se alienando no interior das instituições públicas ou privadas, onde o assistente social desempenha seu trabalho, em decorrência dos diversos problemas enfrentados no cotidiano profissional, dentre eles, pode se destacar: a falta de condições dignas de trabalho, a falta de conscientização, organização e mobilização política e do reconhecimento do exercício profissional na efetivação dos direitos humanos e sociais.

Deste modo, a prática profissional do Serviço Social precisa ser crítica, consciente, propositiva e participativa, baseada num amplo conhecimento da realidade social que supõe determinados pressupostos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos fundamentais e que implicam o conhecimento da realidade em sua totalidade, das leis de movimento da sociedade e suas contradições e negações, de uma visão de mundo crítica e dialética e de uma percepção de ser social fundamentada na ontologia do ser social, capaz de entender os complexos categoriais de homens e mulheres que vivem em sociedade.

O (a) assistente social, por ser um profissional já reconhecido no campo das políticas públicas, diante dessa estrutura das políticas sociais e dos vínculos empregatícios também precarizados, pode ser atraído ao reforço do caráter conservador da estrutura social, a partir de condições de atuação profissionais que, podem dificultar a defesa dos princípios ético-políticos do projeto profissional do Serviço Social. A exemplo, a ampliação de programas de transferência de renda que minimizam os efeitos da extrema pobreza, no entanto, não tem apresentado formas de saída efetivas da dependência daqueles programas por parte das famílias beneficiadas pelos mesmo, conforme indica LIMA (2015).

Além disto, seu caráter conservador pode ser reconhecido na ampliação dos programas de transferência de renda, “deixando no ar a ideia de ajuda”, logo, contribuindo para a permanência do ciclo do assistencialismo e não de direitos. Percebem o quanto é mais fácil ver assistente social como agente filantrópico em lugar de vê-lo como profissional capacitado e crítico, cujo trabalho é norteado pela luta constante para efetivação de direitos sociais?

Neste sentido, é necessário que o assistente social não naturalize as respostas às crescentes e intensas expressões da questão social. Conhecer estes processos sociais, que

emergem na sociedade contemporânea, é imprescindível para que se possa nortear sua intervenção com base nos instrumentos legais que materializam a profissão.

Este é o cenário contraditório no qual está inserido o assistente social que, direta ou indiretamente, interfere no exercício profissional, daí exigindo um posicionamento crítico para não ser contaminado ou ter possibilidades de reação a este neoconservadorismo.

Diante deste quadro, Netto (2009), afirma que o assistente social deve ser um intelectual habilitado para atuar numa dada particularidade, compreendendo o sentido social de sua ação, bem como o significado desta na área onde se encontra a problemática social. Ora, a materialização do projeto ético-político é um complexo de mediações que não vem pronto e acabado, mas são construídas na realidade contraditória em que o assistente social está inserido.

De acordo com Iamamoto (2004) e Ortiz (2007), a categoria profissional deve estabelecer estratégias político profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. O exercício da profissão exige que o assistente social tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Isto requer ir além das rotinas institucionais, para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, possíveis de serem usadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto assistencial proposto pelos governos de Collor e o de FHC, é aderido e até intensificado no governo Lula e reafirmado no governo de Dilma, reafirmado com mais intensidade nos tempos atuais de crise e de insegurança política, social e econômica. Tal conjuntura, impõe imensos desafios ao exercício profissional de várias categorias profissionais, dentre elas a dos assistentes sociais.

A atual conjuntura de ataque aos direitos sociais, exige que a categoria profissional se mantenha organizada, apostando nos espaços de representação dos conselhos de direito e conselhos setoriais de políticas públicas, na crítica presente na literatura sobre a formação profissional, renovação e conservadorismo e, nos debates políticos ocorridos no conjunto do CFESS/CRESS, da ABEPSS e da ENESSO, bem como o fortalecimento destes órgãos. Além de fortalecer no âmbito da sociedade civil as lutas sociais, pois foi através destas que, historicamente as expressões da questão social foi reconhecida, discutida e, ainda que minimamente, recebeu intervenções no âmbito do Estado.

Na atual conjuntura, participar destas lutas junto aos usuários, significa defender os direitos conquistados desde a Constituição de 1988, fazendo com que estes se tornem efetivos, sejam oferecidos com qualidade e ampliados. Enfrentar estas condições não

depende exclusivamente da vontade da categoria, contudo, no que se refere às diretrizes profissionais e a sua dimensão ética e política, a categoria conta com o acúmulo de conhecimentos capaz de orientar estratégias no sentido do seu rumo ético e de sua medida política: a liberdade, como valor central, e a democracia como valor ético e o princípio político devem ser considerados como parâmetros fundamentais.

Por fim, a defesa do projeto de ruptura com o conservadorismo exige um aprimoramento intelectual, tático e estratégico, calcado numa formação crítica e condizente com a realidade, com a observância dos fundamentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Relatório da Auditoria Cidadã**. Disponível: <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-ografico-do-orcamento-de-2017>. Acesso 20/06/2019.

CARVALHO, Raul de ; IAMAMOTO, M. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007..

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In. Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. ABPEPSS/CFESS, 2009, p.1-44.

LIMA, F. G. **Os programas de Transferência de Renda no Governo Dilma Rousseff** : uma análise a partir do Plano Brasil sem Miséria. [Dissertação apresentada ao programa de pós graduação em serviço social – UFS]. São Cristóvão, 2015.

LUSA, MailizGaribotti. **Lutas sociais no campo e Políticas Públicas**: do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas Mulheres Camponesas. Maceió: EDUFAL, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In. Mota, Ana Elisabete, et al (org.). **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. ABEPSS, 2006, p. 1-21.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORTIZ, Fátima Grave. Desafios contemporâneos para o Serviço Social: algumas considerações. In: **Revista Libertas**. Juiz de Fora: UFJF, v.2, n.1, p.1-30, dez./2007.

SOUSA, Fabiana Bezerra de Sousa. **A Atuação do (a) Assistente Social na Política da Assistência Social**: os desafios e as perspectivas do profissional no centro de referência de assistência social. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Arapiraca: IESC, 2017.